

Dílson Funaro: as emendas do Congresso não serão vetadas.

O ministro disse também que o governo não permitirá o repasse da carga tributária adicional das empresas aos preços. "Vamos segurar pelo CIP", avisou.



O pacote econômico não sofreu nenhuma modificação significativa, com as emendas recebidas no Congresso. Por isto mesmo, o governo não pretende vetá-las, segundo disse ontem em Brasília o ministro da Fazenda, Dílson Funaro. Ele confirmou estar consultando diversos setores sobre a adoção de uma política mais eficiente de combate à inflação, que não disse qual será, mas que alguns setores apontam como sendo uma adaptação do "choque heterodoxo" argentino.

Afirmou estar certo do não repasse aos preços da carga tributária adicional sobre as 3.800 maiores empresas do País, provocada pelo recolhimento do Imposto de Renda a cada seis meses. "Estas empresas já estão no Conselho Interministerial de Preços e nós vamos segurar por lá. Elas podem muito bem compensar os aumentos de custos com os ganhos de crescimento que tiveram este ano, e com a sustentação do crescimento em 1986."

Disse que a retirada do projeto de privatização das estatais não impedirá o prosseguimento do programa, que inclui a "redemocratização" do capital de diversas destas empresas, mas preservado o controle acionário da União.

Para Funaro, o Brasil "precisa enfrentar o problema da inflação de maneira diferente, através de um processo nacional de entendimento". Ele voltou a levantar a tese de um grande pacto contra a inflação no programa "Brasil Entrevista", produzido pela Empresa Brasileira de Notícias (EBN) e distribuído para mais de 300 emissoras de rádio de todo o País.

Funaro disse que o País não pode continuar convivendo com uma inflação de 10, 11% e "nem, ao final do mês, levarmos toda a inflação inercial para o mês seguinte". O ministro ressaltou que será preciso tentar outro caminho no combate à

inflação, mas desde que não afete o crescimento do País. Funaro observou ter conversado muito sobre o assunto com trabalhadores e empresários.

O ministro voltou a desmentir que o País tenha perdido US\$ 700 milhões com a não fixação de um acordo plurianual de pagamento de seus débitos com os bancos credores. Ele revelou que a perda foi de apenas US\$ 60 milhões em 1984 e 1985. E, segundo Funaro, isto foi melhor para o País porque a adoção de um acordo plurianual nos últimos dois anos exigiria o enquadramento do Brasil na política recessiva do Fundo Monetário Internacional.

Quanto à possibilidade de fechar um acordo plurianual de 16 anos com os bancos, lembrou que um acordo dessa envergadura estaria submetido à exigência de um monitoramento constante do FMI, algo que o País não aceita.

Informou que a questão dos juros será discutida na próxima reunião do grupo de Cartagena. O Brasil não é a favor do clube dos devedores, "mas também não é a favor do cartel dos credores". A queda dos juros internacionais é muito importante para o Brasil garantir seu ritmo de crescimento, pois o País está pagando o equivalente a "uma Itaipu de juros ao ano".

"Choque agrícola"

Ao ser indagado sobre a quebra das safras, Funaro lembrou que "temos tido nos últimos 40 dias o que se chama de choque agrícola. Foi uma grande seca em Minas, São Paulo e Norte do Paraná". Em socorro ao setor, "nós aprovamos em 24 horas, em uma reunião ligada a todos os ministérios, um novo plano de plantio. Já liberamos a verba, que está no Banco do Brasil e no sistema financeiro. Estamos

apoiando a agricultor que, após estas últimas chuvas, deseje novamente plantar. Parece que está dando resultado. Apesar da quebra da safra, nós podemos minimizar um pouco este problema da seca, que foi a pior dos últimos 20 anos", e que "chegou a matar 450 mil cabeças de gado".

No entanto, "nós temos que conviver com isto, e para a falta de alimentos só existe uma saída: importar". A seguir, lamentou "que um país agrícola como o nosso, com esta extensão territorial, por falta de reservas estratégicas de alimentação, seja obrigado a importar".

Informou que está estudando a constituição, a médio e longo prazo, de estoques estratégicos de alimentos. Mas salientou a necessidade de aumentar a produção agrícola. "Este país não pode produzir só 55 milhões de toneladas de grãos, que foi o recorde do ano passado em comparação com os quatro anos anteriores, mas é pouco num momento que faz com que a população brasileira começa a ter os seus salários aumentados".

O aumento do consumo de alimentos este ano foi mais de 10% maior que no ano anterior. A partir do momento em que as pessoas tenham um mínimo de ganho maior, imediatamente o consumo de alimentação sobe, o que demonstra que a população brasileira realmente tem problema de dinheiro.

Sobre a tributação das operações em Bolsa, confirmou que o Conselho Monetário Nacional deverá taxar os negócios realizados nos mercados futuros, a termo e de opções, mas não o mercado primário e tampouco as transações à vista no mercado secundário. Mesmo assim, esta tributação será leve, não prejudicando o funcionamento das Bolsas, disse o ministro.

Funaro assegurou que os assalariados que tenham um só empre-

go, e recolherem na fonte em 1986, não terão nenhum imposto a pagar quando fizerem a declaração de renda em 1987. "Nenhum nível de salário pagará na fonte acima do que teria a pagar, nem terá de pagar nenhum adicional superior ao que já descontou na fonte", disse o ministro da Fazenda.

A emenda do Congresso que eleva de dez para 15 ORTN a obrigatoriedade de devolução do imposto retido na fonte este ano já em 1986, para Dílson Funaro, provocará uma evasão de receita substancial para o governo, mas ele espera arrecadar, adicionalmente, a nível de hoje, cerca de Cr\$ 18 trilhões, o que conforme a inflação dará algo em torno de Cr\$ 50 a Cr\$ 60 trilhões, suficientes para permitir que o déficit público seja reduzido dos 2,5% do PIB (atualmente, para meio por cento do PIB, em 1986).

O ministro garantiu, após audiência com o presidente Sarney, que o Executivo não está predisposto a vetar nenhuma das emendas votadas no Congresso, porque elas não desfiguram, em substância, o que foi proposto pelo governo. "A aprovação do Congresso foi importante porque dá o respaldo da aprovação popular", disse Funaro.

Para ele, "o País avançou no que diz respeito ao pagamento do imposto de renda pessoa física, pois até agora o assalariado de baixa renda foi quem sustentou o governo. Agora quem ganha até 5 salários mínimos está simplesmente isento com benefício para 1,5 milhão de pessoas. Os que ganham mais, vão recolher na fonte exatamente aquilo que teriam a pagar, nem mais nem menos. Assim, já em janeiro, o assalariado vai sentir que teve um benefício real em seus ganhos. A par disto, teremos uma política social e de distribuição de renda".